COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

RELATOR: Senador WALTER PINHEIRO

Em relação ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) proveniente da Medida Provisória nº 599, de 2012, constante do relatório lido em 7 de maio de 2013, sugiro as seguintes alterações, pelas razões expostas:

I – Explicações:

I.1: Supressão do § 3º do artigo 8º e inclusão do artigo 25

O § 3º do artigo 8º constante do PLV lido em sete de maio de 2013 foi suprimido e seu conteúdo foi incluído no artigo 25 que não havia anteriormente. O assunto tratado não é um desdobramento ou detalhamento dos temas abordados nos demais artigos da MPV nº 599, de 2013, como deve ser um parágrafo em relação ao artigo onde está inserido. O artigo 8º trata das condições para que as compensações sejam recebidas pelos Estados, o que não é o caso do assunto tratado no dispositivo. Tendo em vista a autonomia da intenção presente no seu conteúdo é que se decidiu pela sua inclusão no PLV como artigo 25.

I.2: Alteração da redação do art. 24

O art. 24 do PLV prevê a criação das Áreas de Livre Comércio (ALC) nos municípios de Santarém e Barcarena, no Estado do Pará, e de Estreito e Grajaú, no Estado do Maranhão. O parágrafo único prevê que essas ALC terão acesso aos benefícios previstos na Lei nº 11.898, de 2009. Mas não há menção ao dispositivo dessa lei que trata dos benefícios concedidos às ALC. Propomos a correção da redação para corrigir esse problema.

Ainda em relação ao art. 24, propõe-se a inserção de novo parágrafo, renumerando-se o parágrafo único para § 2º, para deixar claro que a regulamentação das ALC cuja criação está prevista no PLV será feita em ato do Poder Executivo.

I.3: Substituição do Anexo I

O texto do Anexo I foi substituído para incluir no PLV exatamente o Substitutivo ao Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, aprovado na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

II – Dispositivos a alterar:

II.1: Suprima-se o § 3º do art. 8º e acrescente-se ao PLV o seguinte artigo 25, renumerando a cláusula de vigência para artigo 26:

Art. 25. Os contribuintes titulares de benefícios fiscais, com prazo de vigência definido, concedidos em contraprestação à instalação de unidade industrial, e que forem devidamente convalidados, reinstituídos ou aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, aplicarão às suas operações o disposto na Resolução do Senado nº 22, de 1989, pelo tempo

restante de vigência dos seus benefícios, limitado ao prazo de vinte anos, contado do início da vigência de resolução do Senado Federal de que trata o inciso III do art. 8º desta Lei.

II.2: Dê-se a seguinte redação ao art. 24 do PLV:

Art. 24. Ficam criadas as Áreas de Livre Comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, com a finalidade de promover o desenvolvimento regional, no Município de Santarém no Estado do Pará, no Município de Barcarena no Estado do Pará e nos Municípios de Estreito e Grajaú no Estado do Maranhão.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará a entrada em operação e o funcionamento das Áreas de Livre Comércio de que trata o **caput**, devendo assegurar os recursos materiais e humanos necessários ao seu funcionamento;

§ 2º As Áreas de Livre Comércio de que trata o **caput** terão acesso aos benefícios previstos no art. 26 da Lei nº 11.898, de 2009.

II.3: Substitua-se o conteúdo do Anexo I do PLV pelo seguinte:

ANEXO I

(Condições da resolução do Senado de que trata o inciso III do art. 8º)

RESOLUÇÃO Nº, DE DEDE 2013

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações e prestações interestaduais.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações e prestações interestaduais, será de:

I – onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – nove por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016;

IV – oito por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017;

V – sete por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018;

VI – seis por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019;

VII – cinco por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020;

VIII – quatro por cento a partir de 1º de janeiro de 2021.

§ 1º Nas operações e prestações realizadas nas regiões Sul e Sudeste, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, a alíquota será de:

I – seis por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II – cinco por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

III – quatro por cento a partir de 1º de janeiro de 2016.

§ 2º Nas operações e prestações realizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo, destinadas às regiões Sul e Sudeste, a alíquota será de:

I- onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

II- dez por cento no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015;

III- nove por cento no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016;

IV- oito por cento no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;

V- sete por cento a partir de 1º de janeiro de 2018

§ 3º Nas operações interestaduais com gás natural nacional ou importado do exterior, a alíquota será:

I - de 7% (sete por cento), nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo.

II - de 12% (doze por cento), nas demais situações.

§ 4º Nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus, em conformidade com Processo Produtivo Básico previsto no Decreto-lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, e nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, em Roraima, de Guajará-Mirim, em Rondônia, de Macapá/Santana, no Amapá, de Brasiléia, Etitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Acre, e de Tabatinga, no Amazonas, em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União e atendidas as condições previstas nos arts. 26 e 27 da Lei n. 11.898, de 8 de janeiro de 2009, a alíquota será de doze por cento.

§ 5º Nas operações e prestações interestaduais realizadas entre a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio mencionadas no § 4º serão aplicadas as alíquotas previstas nos incisos I a VIII do *caput*.

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica às:

I - operações interestaduais com bens e mercadorias importados do Exterior, disciplinadas pela Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012;

II - prestações interestaduais de serviço de transporte aéreo de passageiro, carga e mala postal, disciplinadas pela Resolução nº 95, de 13 de dezembro de 1996.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 22, de 19 de maio de 1989.

Art. 4º A produção de efeitos desta Resolução fica condicionada, cumulativamente, à aprovação de lei que:

I- disponha sobre a concessão de auxílio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, e aos respectivos Municípios, para compensar as eventuais perdas de arrecadação decorrentes da aplicação do disposto nesta Resolução e sobre a instituição e o aporte de recursos para fundo de desenvolvimento regional, ambos considerados como transferências obrigatórias;

II- defina em três quintos o quorum necessário para fins de celebração, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), de um convênio por meio do qual sejam convalidados os efeitos de todos os incentivos e benefícios fiscais ou financeiros concedidos por todos os Estados e o Distrito Federal, em desacordo com a deliberação prevista no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição Federal, até a data da publicação desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

SENADO FEDERAL, em dede 2013.